



Editorial

**As eleições e a saúde mental dos brasileiros**

Este número de CBSM vai ao ar em meio às eleições de outubro de 2022 para presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Os resultados afetarão drasticamente o setor saúde e a saúde mental no Brasil. O resultado parcial (primeiro turno) foi a eleição de número substancial de indivíduos com posições contrárias aos direitos humanos, às instituições democráticas, à defesa do meio ambiente, ao respeito ao poder judiciário e à promoção do bem estar coletivo, ou seja, contrários aos preceitos da Constituição Federal em vigor.

As eleições testemunham a ascensão, no Brasil, de grupos fiéis a um cabedal ideológico que vem caracterizando a chamada extrema direita. Entre seus pilares está um projeto econômico, a que se denominou neoliberal, que se pauta pela redução radical do poder regulador do Estado, pela facilitação de fluxos de capitais, precarização do trabalho frente ao capital e orientação dos modos de vida pela economia de mercado. Neste sistema são privilegiados valores compatíveis, como a acumulação material, o controle de uma elite financeira sobre os processos produtivos, hierarquia de classes, sufocação do setor público frente à hegemonia do setor privado, e noções particulares de liberdade, família, pátria, fé religiosa, produtividade, mérito e competitividade. O extremismo se manifesta também através de atitudes de supremacia de raça, higienismo social, xenofobia, opressão de minorias de poder, étnicas e de gênero, ataques aos poderes democráticos constituídos, defesa do porte e do uso indiscriminado de armas, incitação à violência, simpatia expressa por regimes nazista, fascista e, particularmente no Brasil, pelas ditaduras militares que dominaram a América Latina no Século XX.

Contrapõe-se a estas facções um agrupamento de forças que não necessariamente compartilham as ideologias geralmente reconhecidas como “de esquerda”, mas que estão unidas pela ideia de barrar a tomada de todos os poderes da República pela onda de extrema direita. O núcleo duro deste conglomerado se centra

em uma federação de partidos cujas pautas são as causas sociais, maior presença do setor público comparado ao setor privado na orientação dos meios de produção de vida, e resistência às reformas que promovam a precarização do trabalho frente ao capital, entre outras.

Um terceiro protagonista, nesta esfera política, é um grupo autodenominado “de centro”, em geral apontado como “fisiológico”, que não defende explicitamente nenhuma posição ideológica, mas apoia grupos que se coloquem no poder em troca de cargos e distribuição de recursos financeiros. Este grupo, cuja maior expressão é o chamado “centrão”, tem um peso de fiel de balança, barganhando apoios com sua influência sobre a governabilidade, principalmente a partir do domínio do Congresso Nacional.

Divergências ideológicas e sobre formas políticas de atuação não são novidade no mundo ocidental. Desde a antiguidade babilônica e greco-romana projetos políticos antagônicos disputam poder através da força ou de eleições. Depois da Revolução Francesa, estes projetos se definem como mais “à direita” ou mais “à esquerda”, mas a convivência entre diversas posições ideológicas e a alternância de poder fazem parte do processo democrático.

O que torna esta eleição tão peculiar é a afetação fora do comum nas relações interpessoais, que se manifesta tanto nas trocas presenciais como nas mediadas pela novidade das mídias sociais. Embora não se possa dizer que as disputas eleitorais tenham sido, no passado, um primor de respeito e elegância, podemos afirmar que, atualmente, como nunca antes, se revestem de características violentas, belicosas, odiosas, desrespeitosas, indecorosas, mentirosas e francamente antidemocráticas.

Em parte, a facilidade da não exposição direta, através das mídias, facilita o surgimento de facetas autoritárias e a perversidade no estabelecimento e manejo de relações. Percebe-se, também, uma naturalização de comportamentos antes considerados inadmissíveis no contexto de um processo de avanço civilizatório. Neste sentido, os grupos de extrema direita passaram a fazer uso indiscriminado da mentira como elemento estruturante para sua coesão. Estas mentiras são espalhadas sistematicamente, fomentando o medo e o ódio contra os oponentes, vistos essencialmente como inimigos, identificados como “o mal” e que devem, portanto, ser destruídos. Nessa visão maniqueísta não há espaço para o contraditório e os fins, que servem à expurgação do mal, justificam quaisquer meios. Promove-se, desta forma, a extinção do diálogo, da conversa, do entendimento, da negociação, substituídos pela voz uníssona do autoritarismo e pela desumanização do outro, necessária para justificar sua pura e simples eliminação. O ódio, aceito como um bem na luta contra o mal, legitima a violência, incentivada às últimas consequências. Os resultados já se fazem sentir. Uma pesquisa conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta

que cerca de 70% dos brasileiros, neste período eleitoral, têm medo de violência política. São também alarmantes os relatos da mídia sobre o número de assassinatos, tentativas de homicídio e agressões, principalmente perpetradas por extremistas de direita, nesse mesmo período. O medo de ser vítima de violência se vincula a qualquer manifestação de tendência de voto ou simpatia por um candidato, inclusive verbalização dessa simpatia em público, uso de adesivos, símbolos e até mesmo à cor usada em roupas, que sejam associadas com campanha política, propiciando ataques por extremistas que identifiquem a pessoa como “inimiga”.

Este panorama não favorece a saúde mental no Brasil. A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como bem público e dever do Estado, a ser alcançado através de políticas sociais. Ora, o que tem se visto na prática, no exercício dos poderes executivo e legislativo no nível federal é um desmonte generalizado das políticas sociais e, particularmente, do Sistema Único de Saúde. O ataque ao SUS não se aplacou nem mesmo durante a pandemia de Covid 19. Programas que eram modelo para o mundo, como o de imunização e a Política Nacional de Saúde Mental, foram desmantelados, alcançando resultados extremamente negativos.

No caso da saúde mental, os problemas da radicalização de extrema direita se manifestam em diversos níveis. Os usuários já anteriormente vinculados aos serviços de saúde mental são atingidos por legislações que promovem a volta à lógica manicomial, a violação de seus direitos e o total descaso pelo conhecimento científico, negligenciando o uso das melhores abordagens para seu tratamento. A “nova política de saúde mental” volta a internar massivamente pessoas em estabelecimentos de caráter asilar e mina a estrutura dos serviços de base comunitária e territorial, que evidenciavam sucesso terapêutico, eficiência financeira e efetividade no cuidado de uma diversidade enorme de problemas que atingem pessoas de todas as idades. Os CAPS, Residências Terapêuticas, leitos em hospitais gerais, Unidades de Acolhimento, Centros de Convivência e todo o aparato que tornou o Brasil um modelo na assistência psiquiátrica está sob constante ataque por parte de quem deveria fomentar e proteger sua expansão e aprimoramento, o próprio Ministério da Saúde, agora reforçado pelo Ministério da Cidadania, para o qual foi delegada a assistência a pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas

Em outra dimensão, muitas pessoas não vinculadas a serviços de assistência estão sofrendo com o *modus vivendi* imposto pelo fundamentalismo de direita. Sofremos com o medo da violência, com a naturalização da mentira, a exposição cotidiana ao ódio, o esfacelamento da Democracia, a destruição do meio ambiente, a aniquilação de culturas indígenas, o sucateamento da Educação, das Artes e da Cultura. Sofremos com o empobrecimento afetivo, por não podermos mais

conversar livremente sobre política, religião, valores e outros assuntos correlatos com amigos, colegas e familiares, sem risco de rupturas que se transformem rapidamente em discórdias intransponíveis. A crise de confiança, que já se consolidava frente às instituições de poder, se estende a cada relacionamento, a cada pessoa que cruza nosso caminho. A alegria de conversar, brincar, se expressar, e até mesmo “zoar”, que tanto enriqueceu nossas vidas em um passado não tão longínquo vai aos poucos sendo transformada em um melancólico silêncio revestido de raiva, decepção e temor.

Essa eleição demanda, mais que nunca, estarmos conscientes, em defesa da Democracia, da liberdade de imprensa, do meio ambiente, dos povos indígenas, das minorias étnicas, dos imigrantes e de outras minorias de poder, a favor da paz e contra a disseminação de armas e todos os tipos de violência. Em nosso horizonte se colocam os desafios das desigualdades sociais, da intolerância, do individualismo perverso e do ódio que mina as potências virtuosas do ser. Em nosso futuro está a possibilidade de termos menos ou mais condições para restaurar nossas habilidades de conversar, de assumirmos por completo nossa condição de cidadãos, de retomarmos nossa confiança nas instituições, e de satisfazermos nosso desejo de paz comunitária e familiar. Descortina-se o desafio de repudiar a naturalização da mentira, de restaurar valores construtivos de coesão social, como solidariedade, respeito, decoro no exercício dos cargos públicos, transparência na vida política e privilégio do bem estar coletivo. Isso só pode ser alcançado através da real priorização de políticas sociais que promovam o bem público, a defesa do meio ambiente, a equidade, uma economia que vise a justiça social e o cumprimento dos preceitos contidos na nossa excelente Constituição Federal de 1988. De tudo isso depende a saúde mental de todos nós.

*Walter Ferreira de Oliveira*  
*Editor Geral*